

# Os rumores da ‘pacificação’: A chegada da UPP e as mudanças nos problemas públicos no Santa Marta e na Cidade de Deus

**Palloma Valle Menezes**

*Doutoranda do lesp*

O objeto central de análise deste artigo são os rumores circulantes pelas favelas de Santa Marta e Cidade de Deus desde novembro de 2008, quando a polícia ocupou essas áreas, onde, posteriormente, foram inauguradas as primeiras Unidades de Polícia Pacificadora da cidade do Rio de Janeiro. Neste trabalho sugiro que analisar essas “notícias improvisadas” pode ajudar a compreender como vêm se transformando as preocupações e os problemas públicos que afetam as rotinas dos moradores das favelas “pacificadas” nos últimos cinco anos. Esta reflexão é baseada em uma pesquisa etnográfica realizada no Santa Marta desde 2009 e na Cidade de Deus desde 2012.

**Palavras-chave:** favela, violência, pacificação, rumor, problemas públicos

The core focus of analysis in the article **Rumors of ‘Pacification’: The Arrival of the UPP and Changes in Public Problems in Santa Marta and Cidade de Deus** are the rumors that have circulated around Santa Marta and Cidade de Deus since November 2008, when the police occupied these favelas where, subsequently, the first Pacification Police Units of Rio de Janeiro were established. In this study I suggest that analyzing this kind of “improvised news” can help us understand the transformations of public concerns and issues that have affected the routines of “pacified” favela residents over the last five years. This reflection is based on an ethnographic study conducted in Santa Marta since 2009 and in Cidade de Deus since 2012.

**Keywords:** favela, violence, pacification, rumor, public problems

Aqui no Santa Marta não foi avisado, não! Aqui não foi que nem as outras [favelas “pacificadas” posteriormente], não. Então, criou-se na favela uma nuvem de especulação. (Trecho de entrevista com o presidente da Associação dos Moradores do Morro Santa Marta)

Recebido em: 01/04/2014  
Aprovado em: 18/06/2014

## Introdução

**E**m novembro de 2008, a Polícia Militar ocupou o Morro Santa Marta, na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, e a favela Cidade de Deus, localizada na Zona Oeste. Essas ocupações foram o primeiro passo para a criação de um projeto que recebeu, posteriormente, o nome de Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Nos últimos cinco anos, esse projeto ganhou centralidade no debate sobre segurança pública no Brasil e virou destaque de inúmeras reportagens, sendo apresentado nos meios de comunicação nacionais e internacionais como a ação mais significativa em termos de políticas públicas produzidas no Rio de Janeiro nas últimas décadas.

Proponho, neste artigo, realizar um debate menos sobre a indeterminação que parece acometer o projeto atualmente e mais sobre aquela que o acompanhou no momento de sua implementação. Tomo como objeto central a “nuvem de especulações” que começou a se formar em novembro de 2008 quando a polícia ocupou o Santa Marta e a Cidade de Deus e, logo em seguida, quando a chegada do projeto das UPPs (que sequer tinham esse nome) foi vivenciada por moradores, integrantes do tráfico, policiais e até mesmo agentes da cúpula do governo como uma *situação indeterminada*, no sentido de Dewey (1998, p. 140):

[É] artificial (...) começar com um problema já pronto, um problema completamente definido ou oriundo de um vácuo. Na realidade, tal ‘problema’ é simplesmente designado tarefa. Não há primeiro uma situação e um problema, menos ainda um problema sem nenhuma situação. Há uma situação conturbada, complicada, que nos deixa perplexos, cuja dificuldade (...) encontra-se espalhada pela situação em sua inteireza, infectando-a em seu todo. Caso se soubesse o que a dificuldade é e em que ela consiste, o trabalho da reflexão seria muito mais fácil do que ele realmente é... Na verdade, sabemos o que o problema é exatamente no mesmo momento em que buscamos uma forma de dele nos livrar e de resolvê-lo.

Assim, quando falar adiante em “processo de investigação” estarei me referindo ao conjunto de ações e reflexões desempenhadas pelos moradores e traficantes submetidos à indeterminação objetivamente fundada no ambiente no qual estavam imersos quando da ocupação policial. Se é verdade que a chegada da PM alterou a ecologia sensível da favela, a população desse território foi obrigada a buscar novos elementos que a auxiliasse no entendimento do que estava acontecendo. Dito de outro modo, a ocupação da polícia engendrou uma situação nova para qual os repertórios e capacidades disponíveis até então não eram suficientes para bem defini-la.

Analiso, então, especialmente os rumores compartilhados em conversas cotidianas entre os moradores das duas primeiras favelas “pacificadas”, tomando essas narrativas não como relatos isolados, mas como parte de um processo de experimentação da indeterminação instuída pela chegada – e, sobretudo, permanência – da polícia nesses territórios.

As reflexões apresentadas neste artigo são resultado de um trabalho de campo realizado desde 2009 no Santa Marta – onde morei por um ano – e, desde 2012, na Cidade de Deus. Ao longo dos últimos anos, acompanhei o cotidiano dessas duas favelas, buscando observar especialmente a relação entre a população local, agentes da polícia e participantes do comércio de drogas presentes nesses territórios. E além de fazer observação participante, realizei entrevistas em profundidade com moradores, policiais de UPPs, traficantes e pessoas que haviam saído do tráfico após o início do processo de “pacificação”<sup>1</sup>.

Na primeira parte deste trabalho, trato da indeterminação inicial gerada pela chegada da polícia no Santa Marta e na Cidade de Deus e da “nuvem de especulação” surgida nessas favelas, onde se proliferam inúmeros rumores. Na segunda seção, analiso alguns dos primeiros rumores<sup>2</sup> por mim ouvidos no trabalho de campo, apontando como se deu a passagem da indeterminação inicial até a “rotinização” das UPPs. Na terceira seção, reflito sobre os novos medos, tensões e problemas com os quais os habitantes do espaço das favelas “pacificadas” precisaram lidar quando a UPP se rotinizou. E, por fim, defendo a ideia de que o acompanhamento dos rumores em ordem cronológica e a análise de como essas narrativas mudaram com o passar do tempo permitem compreender as transformações dos problemas públicos (ou seja, problemas práticos-concretos, definidos e percebidos como parte da experiência vivida) nas favelas “pacificadas” nos últimos cinco anos.

## **A indeterminação inicial e a ‘nuvem de especulação’**

O início da ocupação da favela Cidade de Deus e do Morro Santa Marta pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) em novembro de 2008 não parecia diferir das incursões que, havia décadas, recorrentemente, vinham ocorrendo em favelas cariocas – envolvendo, quase sempre, confrontos entre policiais e traficantes, seguidos de mortes, prisões, apreensões de drogas e a posterior retirada da PM desses territórios. Por já terem tido suas rotinas interrompidas tantas vezes por ocupações policiais nos territórios

1 Não cito o nome e omito o perfil dos entrevistados para que o anonimato deles seja garantido. Apenas identifico as figuras públicas – como comandantes de UPPs e presidentes de associações de moradores –, pois mesmo que os nomes dessas pessoas fossem trocados ou omitidos, elas poderiam ser facilmente identificadas.

2 Entendo que os rumores tratam de assuntos significativos para certo grupo, em um momento específico e em uma localidade determinada (ROSNOW e KIMMEL, 2000). Por isso, defendo a ideia de que acompanhar como os rumores mudam com o passar do tempo pode ser metodologicamente interessante para compreender como as preocupações, as ansiedades e os medos de certo grupo transformam-se com o passar do tempo. Acredito, como sugere Darnton, que “desviar do caminho batido talvez não seja uma grande metodologia, mas cria a possibilidade de se apreciar alguns pontos de vista incomuns, que podem ser o mais reveladores” (2011, p.17).

em que vivem, os moradores da Cidade de Deus e do Santa Marta, ao presenciarem a chegada da polícia, inicialmente pensaram estar diante de mais uma operação policial “normal”. Como narrou um morador do Santa Marta:

As coisas estavam acontecendo aqui, mas não tinham um nome. (...) Aqui não teve a palavra “ocupação” como nos outros. Aqui era incursão de polícia de rotina. (...). Eles não falaram nada, já chegaram ocupando. Só que para o morador já era o que acontecia normalmente, entendeu?

Nem os moradores das primeiras favelas ocupadas nem os traficantes nelas atuantes – e nem mesmo os policiais trabalhando nessas regiões – tinham uma ideia clara do que estava acontecendo naqueles locais no final de 2008. Portanto, diante da nova situação que se apresentava, eles iniciaram um *processo de investigação*, ou seja, um processo por meio do qual buscaram elementos para *definir e entender* a situação que estavam vivendo. O início desse processo fez-se necessário à medida que os recursos habituais e rotineiros de que os moradores dispunham até então para medir o “clima da favela” (CAVALCANTI, 2008) e “definir a situação” (THOMAS, 2002, pp. 103-115) se mostraram ineficazes e inoperantes. Cefaï oferece elementos para entender de modo preciso esse tipo de processo, ao indicar que

quando uma situação ordinária atravessa uma tal crise, seus participantes saem de seu regime de conduta habitual e elaboram uma experiência reflexiva. Eles circunscrevem os elementos que o perturbam, se interrogam sobre suas causas e seus efeitos, se inquietam com suas atitudes respectivas *vis-à-vis* a perturbação e examinam a significação social de seus atos a esse respeito. Eles discutem, raciocinam, se inquietam em voz alta, se informam, investigam, alertam a opinião pública. A perturbação experimentada é convertida em problema (CEFAÏ, 2013, p.11).

Um dos primeiros a iniciar o processo de investigação na favela foi o presidente da Associação de Moradores, José Mário. Ele narra que, logo após a ocupação, a população do morro se sentia como se estivesse “entrando num grande túnel escuro, esperando chegar rapidamente do outro

lado para ver muita luz”. Para saber que caminho poderia ser trilhado naquele ambiente, era preciso, então, indagar, investigar, mobilizar capacidades e competências reflexivas com a finalidade de tentar bem definir a (nova) situação. Ele explica, em entrevista:

Não fomos avisados. Quando ficou o clima ostensivo na comunidade, eles tomando tudo, eu como presidente tive que ir lá em cima saber o que estava acontecendo. (...) O que eu fiz? (...) E fui eu e todos os presidentes de [associações de moradores de] comunidades da Zona Sul conversar com o secretário de Segurança (...) E nesse dia eles falaram: “A polícia chegou no Santa Marta para nunca mais sair”.

No momento em que foi anunciado que o Santa Marta e, posteriormente, a Cidade de Deus receberiam um novo modelo de “policimento comunitário”, parte da indeterminação dissipou-se. Agora se sabia que a polícia havia chegado “para ficar”. Todavia, novas perguntas começaram a ser elaboradas, já que os moradores dessas localidades não sabiam como seria esse projeto, como ele funcionaria e que impactos poderia ter na vida da favela. Como aponta um morador da Cidade de Deus,

A princípio a gente viu que eles vieram para ficar quando instalou a UPP mesmo. A gente viu que não tinha jeito. Quando viu levantando o contêiner ali, tudo mudou. Então, naquele período ali foi uma nova adaptação. A gente pensou: a gente vai ter que aprender a conviver. A autoridade com a lei e com a margem da lei. Até porque antes de implantar a UPP, a gente não sabia como é que seria o sistema da UPP. Como é que vai ser isso, vai ser um quartel, vai ser uma central, entendeu? Então, a gente ficava sempre naquela expectativa. Era uma coisa sombria, uma coisa, assim, incerta. E se eles chegassem e mostrassem: “Não, o projeto que a gente tem aqui é esse, é esse, esse e esse”, você ia ter ciência do que ia fazer. Mas isso não aconteceu.

Os traficantes que atuavam nas primeiras localidades ocupadas pela polícia também foram diretamente afetados pela chegada e permanência da PM. Ter informação, nesse novo contexto, era essencial para que eles pudessem traçar a melhor estratégia de ação, como explica um traficante da Cidade de Deus:

Tinha arma para caramba para a gente tirar daqui, dono de boca para a gente tirar, maior loucura! (...) A gente sempre tinha contato. Sabe como é que é, polícia é bandido, bandido é polícia, é assim. Como eles tem nossa informação daqui para lá, nós temos de lá para cá também. Aí, nós batemos um rádio para a arregadeira [*policiais corruptos*], mandamos ir no comandante para ver se ia ter papo. Aí o comandante falou: “Você está maluco? Agora não tem mais nada, não tem negociação. A polícia vai ficar. Pode falar para eles!”. De tarde, foi uma loucura, atravessando daqui para a Penha de moto roubada, casação, fuzil, pistola para caralho voando na Linha Amarela. O dono da boca na tua garupa, foragido para caralho. Não foi eu que levei ele, não, fui em outra moto, mas estava todo mundo num bonde só. Aí você fica como, para, ao mesmo tempo, ficar na contenção do cara e pilotar a moto? Tu vai deixar o dono da boca para morrer contigo ali? Tu morre, mas não pode deixar o cara morrer. Aí fomos, deixamos ele lá. Depois voltou, ficou assim (...). Aí perto do Natal entrou a UPP.

Em resumo, é possível dizer que tanto os moradores quanto os traficantes tinham muitas dúvidas de como seria a tal ocupação permanente do Santa Marta e da Cidade de Deus. Todavia, inicialmente havia escassez de informações sobre como funcionaria exatamente esse novo modelo de “policimento comunitário”. Foi assim que vários rumores começaram a proliferar nos territórios recém-ocupados.

Vansina (1965, p. 20) define rumor como “uma forma de notícia que emerge em situações de tensão nas quais os canais de comunicação não estão operando adequadamente”. De forma semelhante, Shibutani (1966) refere-se a esse tipo de comunicação como “notícias improvisadas”, passíveis de surgir tanto em situações marcadas por mudanças drásticas do ambiente quanto por eventos não usuais que, repentinamente, rompem a rotina de determinado grupo (PARK, 1940). Para o autor, rumor é uma forma recorrente de comunicação por meio da qual as pessoas, tomadas por uma situação ambígua, tentam construir uma interpretação que faça sentido por meio de uso dos seus recursos intelectuais. Ele pode ser visto como um modo coletivo de resolução de problemas (SHIBUTANI, 1966, p. 17). Cefai, ainda nessa direção, sugere que rumores proliferam-se “quando as

fontes de informação são deficientes e/ou quando os esquemas rotineiros não são mais pertinentes” (2007, p. 120). Esta definição ajusta-se perfeitamente ao caso da ocupação policial do Santa Marta e da Cidade de Deus, já que no início desse processo o fluxo das rotinas cotidianas dos moradores desses territórios foi interrompido pela chegada da PM.

Por isso, durante minha pesquisa, mapeei cerca de 60 rumores circulando pelo Santa Marta e pela Cidade de Deus desde a chegada da UPP. Sugiro que seja possível compreender as transformações dos problemas públicos em favelas “pacificadas” a partir da análise dos rumores circulantes nesses territórios, pois eles fazem circular informações relevantes para os indivíduos e coletivos que habitam essas regiões. Logo, essas “noticiais improvisadas” podem ser pensadas como “índices das preocupações” (SHIBUTANI, 1966) dos moradores das favelas “pacificadas” ou como tipificações dos “medos do momento” (LOPES, 2008) dessa parcela da população.

## **Da indeterminação à rotinização das UPPs**

Os primeiros rumores que ouvi, no início de meu trabalho de campo, em 2009, tematizavam os conflitos entre moradores e policiais gerados pela tentativa da UPP de controlar os territórios “pacificados” e a vida cotidiana dos moradores dessas localidades. Nesse primeiro ano após a chegada da nova ordem, faziam parte do “jogo de eco” entre noticiais oficiais e não oficiais circulando pela favelas especulações sobre: a) a instalação de câmeras de vigilância no Santa Marta e o rumor de que elas poderiam filmar os moradores até mesmo dentro de suas residências; b) a ocorrência de constantes abordagens policiais e o rumor de que habitantes estariam sendo detidos com frequência pelo simples fato de estarem circulando pela favela sem documentos; c) a proibição dos bailes e a proibição de ouvir funk até mesmo dentro de casa; d) a imposição de um horário limite para os eventos acabarem e a ideia de os policiais estarem invadindo festas tanto em espaços públicos como em espaços privados para mandar os moradores desligarem o som. Como resumiu uma moradora do Santa Marta em entrevista:

Entre 2009 e 2010 foi o boom dos conflitos, foi o momento da adaptação super difícil. Foram as crises de adaptação mesmo. Foi o período de confronto entre quem vive na favela e tem a sua rotina alterada e a de quem chega estabelecendo novas regras, entendeu?<sup>3</sup>

Nesse período inicial, uma das principais fontes de tensão, segundo diversos entrevistados, era o fato de os policiais não conhecerem os moradores, nem os moradores distinguirem os agentes da UPP<sup>4</sup>. A falta de um duplo mapeamento gerava uma série de mal-entendidos, desconfianças e conflitos. Por um lado, os policiais alegavam que precisavam revistar “todo mundo”, já que não sabiam “quem era quem” entre os moradores, sendo todos potenciais suspeitos. Por outro lado, os moradores queixavam-se porque tinham suas rotinas interrompidas praticamente todos os dias por policiais que os abordavam, muitas vezes, de modo truculento.

Os policiais apontam que, inicialmente, o trabalho foi difícil, pois muitos moradores reclamavam das contantes “duras” (as abordagens para verificação) e isso acabava gerando conflito entre a UPP e a população. Com o passar do tempo, contudo, os policiais foram fazendo um mapeamento, possibilitando a eles começar a enquadrar os moradores em diferentes categorias como “trabalhador”, “bandido”, “viciado” etc. (ZALUAR, 2000; FELTRAN, 2007). E por meio dessa categorização, começaram a agir de um modo diferenciado com pessoas identificadas de diferentes formas, como descreve um policial do programa:

Aqui dentro a gente já sabe quem a gente aborda de um jeito ou de outro jeito. Porque é diferente um comerciante de uma pessoa que você sabe que vende drogas. (...) Bom, a diferença é um tom de voz um pouco mais, uma verbalização um pouco mais imperativa.

Entre 2011 e 2012, rumores começaram a apontar que – assim como os policiais mapeavam desde o início da ocupação a população da favela – os moradores, com o tempo, também passaram a mapear os policiais da UPP, tornando-se capazes de identificá-los e os enquadrar em diferentes categorias – como “tranquilo”,

3 Nesse período, um grupo de moradores do Santa Marta organizou reuniões para discutir a instalação das câmeras na favela. Posteriormente, foi produzida a Cartilha de Abordagem Policial do Santa Marta, visando conscientizar a população do que poderia ser feito ou não durante uma “dura”. Além disso, em 2010 começaram a ser realizadas reuniões para debater a vida cultural da favela e, em seguida, foi criada a Rádio Comunitária Santa Marta, que se configurou como um novo e importante espaço de debate no morro.

4 Vale destacar o fato de as UPPs serem compostas, majoritariamente, por policiais recém-formados. Essa foi uma estratégia utilizada e amplamente anunciada pelo governo do estado para evitar a manutenção de antigas práticas corruptas e violentas da Polícia Militar. O objetivo foi, em suma, instituir uma “nova polícia” sem os “vícios” típicos dos antigos policiais. Embora esse não seja o foco do presente artigo, é possível sugerir que ao estranhamento presente na relação entre policiais, moradores e traficantes, no início da implementação da UPP, é necessário acrescer o estranhamento dos policiais recém-ingressados com relação a sua própria corporação.



“brabo”, “simpático” ou “mal encarado” – o que, conseqüentemente, possibilita antecipar suas práticas e tentar evitar situações conflituosas. Ciculavam tanto no Santa Marta quanto na Cidade de Deus rumores de que alguns “bondes”<sup>5</sup> / “turnos”/“plantões” policiais eram melhores que outros. Os moradores apontavam que com alguns “plantões” era possível negociar, por exemplo, para festas irem até mais tarde do que o horário permitido, mas com outros não tinha negociação<sup>6</sup>.

Sustento que um reaprendizado perceptivo e uma nova “educação da atenção” (INGOLD, 2000; GIBSON, 1989) foram necessários para que, em um ambiente hipertensionado pela forte proximidade espacial entre polícia e tráfico, os moradores – assim como os próprios policiais e os traficantes – pudessem produzir antecipações e evitar conflitos. Esse reaprendizado contribuiu para que o chamado “policiamento de proximidade” (mesmo com todas as suas limitações, complicações e contradições) se incorporasse à vida cotidiana das favelas “pacificadas” e, a partir da “rotinização” da UPP, as “quebras de rotina” deixassem de ocorrer com a mesma frequência que aconteciam no início do processo de “pacificação”. Nesse novo momento, os moradores foram deixando de olhar os policiais de forma tão homogênea, passando, eles também, a ser capazes diferenciá-los e, assim, de prever o que podiam esperar dependendo de quem estivesse no comando ou do grupo do plantão em certo dia. Os policiais passaram igualmente a ter mais elementos que os permitiam distinguir melhor “quem é quem” na favela. Assim, foi reduzido o número de “duras”, no início feitas indiscriminadamente e, conseqüentemente, também diminuíram os conflitos entre a população e a UPP, o que colaborou para que houvesse um destensioso momento da relação entre moradores e policiais.

Vale lembrar também, no entanto, que assim como policiais e moradores, os traficantes das favelas “pacificadas” também foram aprendendo a diferenciar os policiais atuantes no “policiamento de proximidade”. Eles passaram a saber exatamente quem compunha cada “turno”, por onde passava cada “plantão” e como atuavam. Como descreveu um “ex-traficante” da Cidade de Deus: “Tem plantão que é mandadão, aí eles [*traficantes*] nem piam.

5 Vale notar que o termo “bonde” – geralmente utilizado na favela para identificar diferentes grupos de criminosos ou de pessoas envolvidas de alguma forma com o “mundo do crime” – é utilizado, no contexto das UPPs, para identificar um grupo de policiais trabalha juntos, fazendo o mesmo plantão, cobrindo o mesmo turno.

6 Especula-se também que alguns “bondes” estariam se corrompendo, enquanto outros não aceitariam propina. Como contou uma moradora do Santa Marta em entrevista: “Tem o turno de um bendito (policial) que sempre dá problema. Ele sempre manda o forró acabar antes. Quando a gente sabe que é dia dele, já sabe que vai ter problema”.

Tem plantão que é tranquilo. Daí, eles ficam mais livres”. Os traficantes, eles também, tornaram-se sensíveis às novas “pistas” a permitirem “medir o clima” da favela. Assim, eles puderam começar a traçar variadas estratégias de ação, o que tornou o trabalho da polícia ainda mais complexo e difícil nos territórios “pacificados”<sup>7</sup>.

Além disso, nos primeiros anos após a ocupação policial, circulavam muitos rumores indicando que a UPP poderia acabar logo após as Olimpíadas e que quem se aproximasse de policiais dentro favelas “pacificadas” poderia sofrer represálias (tanto imediatamente quanto futuramente, quando os traficantes voltassem a dominar as favelas)<sup>8</sup>. Com a rotinização das UPPs, no entanto, os rumores sobre represálias de traficantes a moradores que apoiassem a polícia perderam um pouco a força de circulação, o que pode ser mais um indicativo de que houve, momentaneamente, um relativo destensionamento das relações entre policiais e parte dos moradores – que passaram a se conhecer melhor e ter uma relação um pouco menos distante. O rumor de que havia uma lista de pessoas “marcadas para morrer” por apoiar a UPP, por exemplo, perdeu energia, como apontou um morador da Cidade de Deus: “Essa listagem de fato existiu. (...) Mas eu acho que hoje não tem mais essa lista, acho que eles [traficantes] perderam um pouquinho de força. E o pessoal hoje já tem um pouco menos de medo de se aproximar dos policiais”.

Esse cenário, no entanto, não permaneceu estabilizado por muito tempo, pois a rotinização da UPP acabou gerando uma reconfiguração de diversos outros problemas e conflitos nas favelas “pacificadas”, reconfiguração essa acompanhada pelo surgimento de novos rumores e o resurgimento de algumas antigas especulações. A seguir, analiso algumas dessas narrativas, visando compreender os “novos” medos, tensões e problemas com os quais os atores que habitam o espaço das favelas “pacificadas” precisam lidar quando a UPP se rotiniza.

7 Como apontou um policial da UPP do Parque Proletário em entrevista: “Eles sabem quem é quem entre nós. Quando eles sabem que é um plantão tranquilo, a chance de ser sem tiro é maior, né? Mas quando eles sabem que é uma guarnição que trabalha mais, (...) já vai ter mais arma, eles vão estar mais atentos. A guarnição que trabalha mais é a que está mais propícia a trocar tiro”.

8 Tanto na Cidade de Deus quanto no Santa Marta, moradores diziam ter ouvido falar que jovens tiveram o cabelo raspado por traficantes após se relacionarem com policiais, que pessoas haviam sido expulsas da favela por dar café ou água para os agentes da UPP ou mesmo que havia uma lista de marcados para morrer que incluía o nome de moradores que estariam apoiando a atuação da PM nessas favelas.

## Novas preocupações, conflitos e crises em territórios “pacificados”

Entre 2010 e 2011, comecei a ouvir no Santa Marta e, posteriormente, na Cidade de Deus, inúmeros rumores de que, desde a chegada da UPP, estariam se multiplicando nessas favelas casos de furtos, roubos, brigas e até estupros. Essas narrativas indicavam que a chegada da chamada “pacificação”, apesar de ter gerado uma queda significativa na ocorrência de tiroteios e homicídios, não significou o fim da violência, mas sim uma mudança nos padrões de crime e conflito. Pude notar em meu trabalho de campo que essa mudança tem pelo menos duas consequências: a primeira foi o surgimento de novas inseguranças entre os moradores, que agora já não se sentem mais à vontade para deixar as janelas e portas abertas – como acontecia no passado<sup>9</sup>; a segunda foi o início da elaboração de uma crítica, por parte desses moradores, em relação à ineficiência do policiamento implementado pela UPP nessas favelas. Explico melhor: ao relatar casos de furtos e estupros que estariam ocorrendo no morro, muitos moradores reclamavam de que os policiais não estariam fazendo nada para evitar nem mesmo investigar a ocorrência desses crimes, que geram insegurança dentro da favela<sup>10</sup>. Esse “desinteresse” dos PMs faria muitos moradores pensarem que a UPP não está no território para prover segurança para quem mora no morro, e sim apenas para vigiar e controlar a população favelada. Em uma entrevista, um morador da Cidade de Deus afirmou: “A gente não tem recurso, a gente não tem essa confiança no recurso que foi imposto para a gente. A gente se sente mais sitiado do que protegido. A verdade é essa!”.

Outros rumores utilizados como subsídios para a formulação de críticas às UPPs são os que especulam sobre uma possível “remoção branca” da população de áreas “pacificadas”. Muitos moradores, especialmente do Santa Marta, se queixam que depois de a favela ser ocupada pela polícia houve uma “invasão” de “gringos”, “playboys” (cariocas de classe média que frequentam festas na favela) e empresários dos mais variados ramos. Circula pelo morro a especulação de que os moradores e comerciantes do morro em breve não conseguirão mais resistir à especulação imobiliária e ao au-

9 Muitos narram que aumentou a desconfiança em relação aos vizinhos e que isso exige uma atenção redobrada para tentar evitar que crimes como furto ocorram dentro das casas, por exemplo.

10 Os rumores de furto e, especialmente, de estupro ajudavam a criar certa nostalgia em relação ao passado, visto que há a percepção de que antes da UPP os traficantes que dominavam o morro geralmente puniam de modo rápido, severo e exemplar quem cometia crimes como roubo e estupro no território da favela.

11 Os exemplos mais claros são os rumores de que diversas famílias da parte alta do Santa Marta serão removida para que seja construído no Pico do morro um mirante, um hotel ou um caro restaurante.

12 Relatos apontam que policiais estariam recebendo propina por motivos diversos, tanto de ex-bandidos como de comerciantes locais, com a finalidade de permitir, por exemplo, que festas se prolonguem até depois do horário estabelecido pelo comandante. E há relatos de que na Cidade de Deus estariam crescendo os casos em que alguns “plantões” prendem jovens envolvidos com tráfico apenas para pedir dinheiro para liberá-los antes mesmo de levá-los para delegacia. Denúncias de corrupção em outras favelas também começaram a ser divulgadas pela “grande mídia”, o que ajuda a reforçar a sensação dos moradores de que o projeto das UPPs está “desandando”.

13 Amarildo de Souza era morador da Rocinha e desapareceu depois de ser levado por policiais da UPP para prestar depoimento em julho de 2013. Apesar de o corpo de Amarildo não ter sido encontrado, há fortes indícios de que ele foi torturado e assassinado por policiais. Esse caso gerou uma grande comoção nacional. O questionamento “Cadê o Amarildo?” virou uma das principais bandeiras das manifestações que tomaram conta das ruas da cidade desde o segundo semestre de 2013. É interessante notar que esse caso abriu espaço para um amplo questionamento das UPPs, quebrando o consenso que parecia haver sobre o sucesso do projeto. Consenso esse que, por um longo período, deixou as UPP blindadas às críticas, que agora passaram a se multiplicar, colocando a “estabilidade” do projeto em cheque.

mento do custo de vida – gerado pela regularização e o aumento da cobrança de serviços de luz, água, TV a cabo, etc.) – e acabarão vendendo suas residências e estabelecimentos comerciais para empresários e turistas que vêm visitar a favela já “de olho” em imóveis para comprar futuramente. Soma-se ainda a essa “nuvem de especulação” um processo de “gentrificação” que já estaria em curso em favelas “pacificadas”<sup>11</sup> (BAUTÈS e GONÇALVES, 2011).

Além do abrupto crescimento dos crimes não letais, da especulação imobiliária e do custo de vida, a volta do fortalecimento dos traficantes em áreas “pacificadas” vem configurando-se, nos últimos anos, como um problema público gerando uma intensa preocupação entre os moradores das duas favelas. Desde o início de meu trabalho de campo, ouvi muitos rumores sobre as mudanças da forma de atuação de traficantes nesses territórios. Inicialmente, relatos de moradores apontavam que os traficantes haviam ficado assustados com a presença da polícia e passaram os momentos iniciais da ocupação sem mesmo vender drogas. Em uma entrevista, um morador da Cidade de Deus afirmou, por exemplo, que

quando a polícia chegou na favela você não via um inseto aqui. Não vi os camaradas [traficantes] aqui, acho que por um mês. No início, eles ficaram sem vender e nem ficaram aqui. Cheguei a ver alguns meninos da boca trabalhando, na padaria, por exemplo.

Mas, a partir de 2011, e principalmente de 2012, especulações começaram a apontar para um novo fortalecimento dos traficantes. Começaram a surgir notícias de que a venda de drogas estava se intensificando novamente e de que bandidos estavam voltando a andar armados, de pistola, pelas favelas com UPP – sobretudo nos bailes. Em 2012, começou a se intensificar também a circulação de boatos sobre a “volta da corrupção” no Santa Marta e na Cidade de Deus<sup>12</sup>. A percepção de que o projeto está “começando a entrar em crise” intensificou-se ainda mais entre 2013 e 2014. Além das inúmeras notícias de violência policial naqueles locais, que vêm multiplicando-se desde o desaparecimento do ajudante de pedreiro Amarildo<sup>13</sup>, também cresceram as falas sobre traficantes que estariam voltando a fazer uso da força na favela de modo cada vez menos cauteloso. Se antes os

moradores da Cidade de Deus e do Santa Marta diziam que o uso da força pelos agentes do mercado ilegal de drogas parecia estar sendo mais “regulado” para não chamar atenção e evitar conflitos com a UPP, hoje os “bandidos” parecem já não ter mais medo de usar a força física naquelas comunidades. Um morador da Cidade de Deus afirmou que algumas dinâmicas presentes no passado estão voltando:

Já começa a se naturalizar novamente essa coisa de alguém que deu mole e levou uma surra. Além disso, outro dia um colega meu falou que os caras trocaram tiro com a polícia. Estavam na esquina, os policiais passaram e deram tiro para cima dos policiais.

Consolida-se, progressivamente, a percepção dos moradores de que “está tudo voltando a ser como antes”. Algumas das “pistas” para isso são: a) as trocas de tiro cada vez mais frequentes<sup>14</sup>; b) o aumento do número de pessoas fumando maconha em lugares públicos da favela; c) a presença de sófas no meio da rua, que são usados para dificultar a passagem das viaturas policiais; d) a retomada da utilização de “radinhos” (i. e., olheiros), que permitem aos traficantes mapear a circulação dos agentes da UPP pelo território; e) o retorno de pontos de venda de drogas (“bocas”) “sedentários” e “permanentes”<sup>15</sup>; e f) a sugestão de que alguns traficantes têm circulado pela favela portando não apenas pistolas, mas também fuzis.

Em 2014, com o retensionamento das relações entre traficantes e policiais nas favelas “pacificadas”, estão voltando a circular rumores de que moradores que falam com policiais ou apoiam a UPP sofrerão represálias. Por isso, muitas pessoas, tanto do Santa Marta quanto da Cidade de Deus, dizem preferir evitar *falar sobre* ou *falar com* a polícia no interior das favelas com UPPs. Como resumiu um morador da Cidade de Deus:

[E]les começam a pegar confiança de pensar: “Olha, já fizemos isso, já demos cora em um, o fulano de tal, nós matamos”. Então, aos poucos tudo está voltando a ser como antes. Se eu já falava pouco com os policiais – e quando falava, olhava em volta pra ver se dava ou não dava pra falar –, hoje procuro falar menos ainda!

14 Sugiro que um dos elementos de marcada importância para o retorno dos tiroteios e dos confrontos armados se deva à adaptação dos traficantes à presença policial. Com o tempo, os bandidos passaram a melhor controlar os movimentos e as ações policiais e, com isso, passaram a se sentir “mais à vontade” e a saber como e de que forma atacá-los, quando “necessário”. Como afirmou um morador da Cidade de Deus: “Agora eles [traficantes] pegaram o ritmo e estão se sentindo à vontade para dar tiro nos policiais!”.

15 Desde a chegada da UPP comentava-se que a venda de drogas tinha se tornado menos “sedentária” e que os bandidos dispersavam-se na favela, trocando frequentemente de lugar, de modo a dificultar que policiais soubessem onde se encontravam as “bocas de fumo”.

Nesse momento, os boatos parecem ganhar ainda mais força, já que se articularam cada vez mais a uma percepção coletiva de que o governo só divulga publicamente as informações que interessam para manter uma boa imagem do projeto das UPPs e de que há uma cumplicidade da chamada “grande mídia” nesse processo, que não abre espaço para a apresentação das demandas e reclamações da população de áreas com UPPs nas matérias jornalísticas. Na visão de muitos moradores de favelas com UPPs, essa “grande mídia” não retrata, portanto, o que estaria realmente acontecendo nos territórios “pacificados”. Segundo uma moradora do Santa Marta, tudo que há de problema em relação ao governo aqui no Santa Marta, tudo que envolve escândalo, não ganha destaque na mídia, entendeu? (...) É falado muito pouco. Todo mundo sabe, mas fica à boca pequena”. Já segundo um morador da Cidade de Deus, “o que sai no jornal sobre as UPPs é uma coisa, mas o que a gente vive aqui é outra, né?”

Em um contexto como esse, em que há uma forte desconfiança dos moradores, os rumores ganham ainda mais importância. Isso porque quase nenhuma informação oficial é tomada imediatamente como verdade sem que ocorram especulações sobre sua veracidade e sobre quais poderiam ser as “reais intenções” do governo e da mídia ao divulgar tal notícia. Assim, há um constante “jogo de eco” entre as notícias formais e as “notícias improvisadas”. E é a partir desse jogo que as percepções dos atores sociais vão sendo formadas e novos ajustamentos coletivos vão surgindo.

## **Considerações finais**

Como em toda crise, a gerada pela chegada da polícia nas primeiras favelas “pacificadas” estendeu-se no tempo e teve que lidar com uma sucessão de ajustamentos individuais e coletivos. Conforme a situação desenvolveu-se, a experimentação da UPP como objeto problemático foi ganhando diferentes contornos. Com o passar dos meses e anos após a chegada da polícia na favela, conforme algumas dúvidas foram sendo solucionadas, novas questões e tensões foram surgindo e, assim, novos rumores começaram a circular. Ou seja, a demanda por notícias mudou e, por isso, novas e diferentes “notícias improvisadas” foram surgindo.

Por isso, sustento a ideia de que os rumores, no caso das favelas “pacificadas”, podem ser pensados como tipificações de pontos a serem considerados no modo de “continuar a rotina” dos atores, para usar o termo de Giddens (1991)<sup>16</sup>. Sugiro que, nesse contexto, essas falas podem ser pensadas como uma síntese capaz de unificar, por intermédio de um gênero narrativo, uma espiral circular entre tipo e índice, unificando espaço-temporalmente (passado/presente + antecipação do futuro + percepção do ambiente) as formas de vida de um segmento particular da população. Assim, o rumor permite a produção de novas interseções em um contexto incerto no qual a reciprocidade de expectativas (GARFINKEL, 1963) é quebrada pelo estado de dúvida (PEIRCE, 1877).

Em alguns casos, rumores podem ser entendidos como uma tentativa coletiva de descrever algo que acabou de acontecer em um passado recente. Em outros casos, essas narrativas podem parecer mais uma tentativa de prever o que pode ocorrer futuramente (“forecast the future”) (FINE, 2009, p. 2). Mas, em todos os casos, rumores são, antes de mais nada, uma arma de produção de conhecimento para continuar no momento presente. Esse tipo narrativo antecipa os problemas tentando garantir a “continuação” das rotinas e a comunicação nos momentos em que elas são rompidas. Ou seja, esse tipo de discurso tenta tornar previsível o futuro, incorporando-o à vida diária – acionando a memória do passado para definir e compreender as questões que causam ansiedade (o que Giddens chamaria de “insegurança ontológica”). Por isso, é possível dizer que, por meio deles, passado e presente ligam-se em uma antecipação do futuro associada a percepções dos indivíduos sobre o ambiente em que vivem. Assim, eles surgem a emergência de uma racionalidade coletiva a ser menos mensurada pela facticidade do que ele apresenta e mais pela capacidade expressiva das formas de vida que ela é capaz de articular e amarrar em torno de si. Ou seja, o critério de validade do rumor não deve ser estabelecido por sua efetiva correspondência com o real, mas por sua capacidade de dar forma e de tornar compartilháveis as experiências que afetam e concernem à coletividade em meio a suas dúvidas e incertezas (CAVEL, 1979; FREGA, 2013).

16 Gostaria de abrir parênteses aqui para lembrar que rumores não precisam necessariamente lidar com situações ambíguas. Eles são irreduzíveis a qualquer tipo de abordagem funcionalista. Todavia, no caso de meu campo, um dos elementos mais importantes do rumor foi lidar com a ambiguidade gerada pela chegada da polícia nas primeiras favelas “pacificadas”, já que se tratava de um contexto com grande indeterminação e pouca informação disponível. Sustento, portanto, que essa é uma das formas pelas quais o rumor pode ser experienciado, mas isso não quer dizer que seja sua única ou sequer principal atividade.

Apresento, portanto, a hipótese de que os rumores são “tipificações”, no sentido da relação biunívoca feita pela etnometodologia entre indexação/tipificação, indexicalidade/categorização. Sugiro serem eles sínteses do leque de “problemas públicos” envolvidos na continuidade das rotinas nas quais não é possível que um determinado grupo torne públicas suas demandas no debate público, ou seja, um grupo que vive “sob cerco” (MACHADO DA SILVA, 2008). Se minha hipótese está correta, e os rumores podem ser pensados como sínteses expressivas de problemas públicos, é possível sugerir que essas narrativas exprimem as dificuldades de continuação da rotina presentes por conta da presença das UPPs. E essas expressões, obviamente, foram mudando com o passar do tempo, como busquei indicar ao longo deste artigo.

Em resumo, é possível dizer que análise dos rumores parece indicar que os problemas públicos em favelas “pacificadas”, inicialmente entre 2009 e 2010, estavam ligados centralmente aos conflitos entre moradores e policiais gerados pelas tentativas da UPP de controlar os territórios “pacificados” e a vida cotidiana da população dessas localidades. Outras tensões latentes nesse momento inicial eram as geradas pela co-presença cotidiana de traficantes e policiais no território das favelas com UPPs. Com o passar do tempo de ocupação policial, contudo, a UPP se rotinizou e houve um destensionamento momentâneo das relações entre moradores e policiais. Entre 2010 e 2011, despontaram, então, como novos problemas públicos, por um lado, o aumento dos crimes não letais naqueles contextos e, por outro, a regularização dos serviços e do comércio; a invasão de “gringos”, “playboys” e empresários; o aumento do custo de vida e da especulação imobiliária; assim como as ameaças de remoções e o medo da “remoção branca”/gentrificação. Já entre 2012 e 2013, ganharam destaque as preocupações geradas pela volta do “fortalecimento do tráfico”, que em 2014 tornaram-se ainda mais agudas, já que cresce a percepção coletiva de que “tudo está voltando a ser como antes” e que a UPP está “em crise”<sup>17</sup>.

Cabe apenas dizer, pra finalizar, que a única certeza hoje é a mesma de antes: a existência de uma forte indeterminação quanto ao futuro do projeto das UPPs. Uma indeterminação que, em certo sentido, sempre acompanhou o projeto, sobretudo em suas fases iniciais. Por isso, entendo que os

17 Quando apresento esse mapeamento temporal dos problemas públicos em “favelas pacificadas” não quero indicar, obviamente, que uma nova preocupação substitua as anteriores, mas apenas que algumas questões ganham protagonismo em alguns momentos, enquanto outras deixam de ser tão comentadas e debatidas. No entanto, vale lembrar que nada impede que futuramente certos problemas, assim como alguns dos rumores que o expressam, voltem ao primeiro plano.



rumores continuarão sendo um dos importantes guias para acompanhar as modificações passadas daqui em diante em meio a esse contexto de mais a mais incerto. Pois se os rumores importam diretamente para os moradores (e todos os atores sociais em geral) que tiveram suas rotinas modificadas, eles necessariamente devem interessar aos pesquisadores que se põem como objetivo descrever esse processo de experimentação das incertezas dos seus pesquisados.

Com o presente texto, espero ter mostrado, portanto, como os rumores permitem não apenas dizer algo sobre a relação dos moradores de favelas “pacificadas” com um contexto altamente incerto, como também – por meio da análise do conteúdo e da variação temporal dessas narrativas – fazer uma breve história dos medos, anseios e inseguranças dessa parcela da população que ainda vêm encontrando dificuldade para se expressar no debate público. Desse modo, os rumores da “pacificação”, na verdade, são uma forma de, por meio dos medos e anseios coletivos e individuais dos atores, contar a história do processo de “pacificação” das favelas cariocas.

## Referências

- ALLPORT, Gordon W. [e] POSTMAN, Leo. (1988), *Psicología del Rumor*. Buenos Aires, Psique.
- BAUTÈS, Nicolas [e] GONÇALVES, Rafael Soares. (2011), “Sécuriser l’espace des pauvres/Improving Security in Poor Areas”. *Justice Spatiale/Spatial Justice*, nº 4, pp. 1-20.
- CAVALCANTI, Mariana. (2008), “Tiroteios, legibilidade e espaço urbano: Notas etnográficas de uma favela consolidada”. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito de Controle Social*, Vol. 1, nº 1, pp. 35-59.
- CAVELL, Stanley. (1979), *The Claim of Reason: Wittgenstein, Skepticism, Morality, and Tragedy*. Oxford, Oxford University Press.
- CUNHA, Neiva Vieira da [e] MELLO, Marco Antonio da Silva. (2011), “Novos conflitos na cidade: A UPP e o processo de urbanização na favela”. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Vol. 4, nº 3, pp. 371-401.
- DARNTON, Robert. (2011), *O grande massacre de gatos*. Rio de Janeiro, Graal.
- DIFONZO, Nicholas [e] BORDIA, Prashant. (2007), *Rumor Psychology: Social and Organizational Approaches*. Washington, American Psychological Association.
- FELTRAN, Gabriel. (2007), “Trabalhadores e bandidos: Categorias de nomeação, significados políticos”. *Temáticas*, Vol. 15, pp. 11-50.
- FLEURY, Sonia. (2012), “Militarização do social como estratégia de integração: O caso da UPP do Santa Marta”. *Sociologias*, Vol. 14, nº 30, pp. 194-222.
- FBSP/LAV. (2012), “Os donos do morro”: Uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)/Laboratório de Análise da Violência (LAV).
- FREGA, Roberto. (2013), *Les sources sociales de la normativité: Une théorie des pratiques normative*. Paris, Vrin.

- FINE, Gary Alan. (1992), *Manufacturing Tales: Sex and Money in Contemporary Legends*. Knoxville, The University of Tennessee Press.
- GARFINKEL, Harold. (1963), "A Conception of and Experiments with Trust as a Condition of Stable Concerted Actions". Em: HARVEY, O. J. (org). *Motivation and Social Interaction: Cognitive Determinants*. Nova York, Ronald Press, pp. 187-238.
- GIDDENS, Anthony. (1991), *As consequências da modernidade*. São Paulo, Editora Unesp.
- KNAPP, Robert H. (1944), "Psychology of Rumor". *Public Opinion Quarterly*, Vol. 8, nº 1, pp. 22-37.
- KNOFF, Terry Ann. (1975), *Race and Riots*. New Brunswick (EUA), Transaction.
- LATOUR, Bruno [e] WOOLGAR, Steve. (1997), *A vida de laboratório: A construção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- LEITE, Marcia Pereira. (2012), "Da 'metáfora da guerra' ao projeto de 'pacificação': Favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro". *Revista Brasileira de Segurança Pública*, Vol. 6, nº 2, pp. 374-389.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org). (2008), *Vida sob cerco: Violência e rotina em favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- PEIRCE, Charles S. (1877), "The Fixation of Belief". *Popular Science Monthly*, nº 12. Disponível (on-line) em: <http://www.peirce.org/writings/p107.html#note2>
- OST, Sabrina [e] FLEURY, Sonia. (2013), "O mercado sobe o morro: A cidadania desce? Efeitos socioeconômicos da pacificação no Santa Marta". *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Vol. 56, nº 3, pp. 635-671.
- RODRIGUES, André; SIQUEIRA, Raíza [e] LISSOVSKY, Maurício. (2012), "Unidades de Polícia Pacificadora: Debates e reflexões". *Comunicações do Iser*, Vol. 31, nº 67, pp. 9-51.

- SCOTT, James C. (1990), *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*. New Haven (EUA)/Londres, Yale University Press.
- \_\_\_\_\_. (1985), *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. New Haven (EUA)/Londres, Yale University Press.
- SHIBUTANI, Tamotsu. (1966), *Improvised News: A Sociological Study of Rumor*. Indianapolis, The Bobbs-Merrill Co.
- THOMAS, William I. (2002), "The Definition of the Situation". Em: ROUSSEAU, Nathan (org). *Self, Symbols, and Society: Classic Readings in Social Psychology*. Lanham (EUA), Rowman & Littlefield.
- VANSINA, Jan. (1965), *Oral Tradition: A Study in Historical Methodology*. Londres, Routledge & Kegan Paul.
- ZALUAR, Alba. (2000), *A máquina e a revolta: As organizações populares e o significado da pobreza*. Rio de Janeiro, Brasiliense.

**RESUMEN:** El objeto central de análisis del artículo **Los rumores de la 'pacificación': La llegada de la UPP y los cambios en Los problemas públicos en Santa Marta y en Cidade de Deus** son los rumores que circulan en Santa Marta y en Cidade de Deus desde noviembre de 2008, cuando la policía ocupó las favelas donde posteriormente abrieron las primeras Unidades de Policía Pacificadora de Río de Janeiro. En este trabajo sugiero que analizar estas "noticias improvisada" puede ayudar a entender cómo están cambiando las preocupaciones y los asuntos públicos que afectan a las rutinas de los residentes de las favelas "pacificadas" en los últimos cinco años. Esta reflexión se basa en la investigación etnográfica que realicé en Santa Marta desde 2009 y en Cidade de Deus desde 2012.

**Palabras clave:** favela, violencia, pacificación, rumor, problemas públicos

**PALLOMA VALLE MENEZES** (pallomamenezes@gmail.com) é doutoranda do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj, Brasil) e do Department of Social and Cultural Anthropology da Vrije University Amsterdam (VU, Holanda) e pesquisadora do Coletivo de Estudos sobre Violência e Sociabilidade (Cevis), do Iesp/Uerj. É mestre em sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj, Brasil) e graduada em ciências sociais pela Uerj.